



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.780, DE 2023

(Do Sr. Gilvan Maximo)

“Altera a Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003”.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-416/2023.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI N.º DE 2023
(do Sr. Gilvan Máximo)

“Altera a Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003”.

Apresentação: 29/11/2023 16:43:49.423 - MESA

PL n.5780/2023

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

O §1º do Art. 1.º e o inciso I, do §2º, do Art. 2.º da Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

§ 1º O desconto mencionado neste artigo também poderá incidir sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador, se assim previsto no respectivo contrato de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil, até o limite de 30% (trinta por cento), sendo 25% (vinte e cinco por cento) destinados exclusivamente a empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis e 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente à amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito consignado ou à utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito consignado.” (NR)



“Art. 2º

§ 2º

I - a soma dos descontos referidos no art. 1º desta Lei não poderão exceder a 30% (trinta por cento) da remuneração disponível, conforme definido em regulamento.(NR)”

JUSTIFICATIVA

Aos descontos efetuados diretamente em conta corrente do mutuário não se impõe a baliza de 30%, porquanto devidamente autorizados pelo próprio correntista. O artigo 45, da Lei nº 8.112/90, determina que a limitação dos descontos de empréstimos consignados em folha de pagamento deve ser calculada com base na remuneração bruta do servidor.

Para calcular o limite do empréstimo consignado, é preciso considerar a margem consignável e o valor do salário ou benefício pago mensalmente. Por exemplo, por lei, a margem consignável para aposentados e pensionistas do INSS é de 45% do benefício.

Em jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça tem se firmado no sentido de que os empréstimos com desconto em folha de pagamento (consignação facultativa/voluntária) devem limitar-se a 30% (trinta por cento) dos rendimentos líquidos do servidor público, da remuneração, tendo em vista o princípio da razoabilidade e do caráter alimentar dos vencimentos.



Esse entendimento veio a ser consolidado com a criação da Lei nº 13.172/2015, vez que antes disso haviam apenas interpretações do Judiciário sobre a temática.

Assim, **não pode haver desconto em folha maior do que 30%**, caso contrário a subsistência do consumidor fica comprometida, bem como o princípio da razoabilidade e dignidade da pessoa humana são desrespeitados.

Pelas razões expostas é que venho apresentar a presente propositura a qual conto com o apoio de meus nobres pares no sentido de sua aprovação.

Sala das Sessões em 27 de novembro de 2023

Gilvan Maximo
Deputado Federal
Republicanos DF





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 10.820, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:200312-17;10820
FIM DO DOCUMENTO	